Alves Ť.

14/06/2024 12:43:08



URGENTE - RISCO DE DANO IRREPARÁVEL PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (ART. 189-A DA LEI N° 11.101/05)

ADONICIO ALVES DA SILVA - PRODUTOR RURAL, portador do CNPJ 52.213.419/0001-25, com sede na Fazenda Paraíso do Rio dos Bois, localizada na Rodovia GO 320 à Vicentinópolis - s/n - Km 35 Sala 1 - Zona Rural - Edealina -GO - CEP: 75.945-000. representado por ADONICIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, produtor rural, residente e domiciliado na cidade de Rio Verde - GO, à Rua José Iram - nº 998 - Qd. 11 Lt. 06 - Setor Morada do Sol - CEP. 75.909-040, portador da Carteira de Identidade sob nº 6910570 - PC -GO e CPF/MF n° 094.899.401-00 e DANILLO CABRAL DA SILVA - PRODUTOR RURAL. portador do CNPJ 52.059.393/0001-02, sede na Fazenda Uruana e Varjão, localizada a Estrada Turvelândia a Acreúna - s/n - Km 08 Sala 1 - Zona Rural - Turvelândia - GO - CEP 75.970-000, representado por DANILLO CABRAL DA SILVA, brasileiro, divorciado, produtor rural, residente e domiciliado na cidade de Rio Verde - GO, à Rua José Iran - nº 998 - Qd. 11 Lt. 06 - Setor Morada do Sol - CEP. 75.909-040, portador da Carteira de Identidade sob nº 3825268 - SSP - GO e CPF/MF n° 895.326.271-20, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que abaixo subscrevem, com fundamento nos arts. 47 e 6°, § 12°, da Lei n° 11.101/05 c/c com o artigo 300 e seguintes, do CPC, formular o presente pedido de

TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE PREPARATÓRIA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Art. 47 da Lei nº 11.101/05)

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Wesley Santos

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08



COMPETÊNCIA DO JUÍZO

Conforme a redação do artigo 299 do CPC, o juízo competente para conhecer do pedido de tutela provisória em caráter antecedente, é o mesmo juízo competente para conhecer da ação principal, a qual, no presente caso, será o pedido de Recuperação Judicial dos Autores.

O art. 3° da Lei n° 11.101/05, por sua vez, estabelece que o juízo competente para conhecer do pedido de Recuperação Judicial é o do local onde o devedor tem seu principal estabelecimento.

Por "principal estabelecimento", entende-se o local onde se concentram o maior volume de negócios, a sede administrativa/centro decisório, o maior número de credores, etc. Privilegia-se, portanto, o aspecto fático/econômico, consoante a lição do professor Fábio Ulhôa Coelho¹:

A competência para os processos de falência, de recuperação judicial e homologação de recuperação extrajudicial, bem como para seus incidentes, é do juízo do principal estabelecimento do devedor (LF, artigo 3°). Por principal estabelecimento se entende não a sede estatutária ou contratual, a que vem mencionada no ato constitutivo, nem o maior estabelecimento, física ou administrativamente falando. Principal estabelecimento é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o principal estabelecimento sob o ponto de vista econômico. O juiz do local onde se encontra tal estabelecimento é o competente para o processo falimentar

É no mesmo sentido que se firmou o entendimento a respeito do tema no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), consoante os precedentes a seguir colacionados:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA N° 173168 - GO (2020/0157049-6) [...] DECIDO. O conflito está configurado e merece ser dirimido. Razão assiste ao juízo suscitante. Como bem anotaram tanto o juízo suscitado, quanto o juízo suscitante, esta Corte Superior, interpretando o conceito de 'principal

¹ COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial (livro eletrônico): direito de empresa. 1ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858 São Paulo FL Office - Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 4300 Torre Office - Sala 804 | CEP 04.545-015



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 19/03/2024 12:57:42

Alves

1

14/06/2024

12:43:08

estabelecimento do devedor' a que se refere o artigo 3º da Lei nº 11.101/2002, para fins de definição do juízo competente para o processamento de pedido de recuperação judicial, firmou o entendimento de que seria o local em que se encontram centralizadas as atividades mais importantes desempenhadas pela empresa, independentemente do fato de ser eventualmente ser outra sua sede estatutária. [...] Nesse cenário, resulta inconteste que, no caso em exame, a competência para processar e julgar o pedido de recuperação ora em apreço é do juízo O Juízo de Direito da Vara de Precatórias, Falências e Concordatas de Araguaína-TO. Isso porque, pelo que se pode extrair dos autos, o estabelecimento principal do Grupo Bahia Evangelista é a Fazenda Quatro de Outubro, que concentra a principal atividade por ele desenvolvida (engorda de gado em confinamento) e constitui sua principal fonte de receita. Tal fazenda está situada na cidade de Aragominas/TO, distrito de Araguaína/TO. '[...] Não se justifica, portanto, o processamento do pedido neste Juízo unicamente para facilitar o concurso de credores, já que há credores de montante pouco considerável tanto em Anicuns quanto em Aragominas' (e-STJ fls. 4/5). [...] (STJ - CC: 173168 GO 2020/0157049-6, relator: ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Publicação: DJ 13/08/2020)".

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTIGO 3° DA LEI N. 11.101/2005. 1. Nos termos do artigo 3° da Lei nº 11.101/2005, o foro competente para o processamento da recuperação judicial e a decretação de falência é aquele onde se situe o principal estabelecimento da sociedade, assim considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico. Precedentes. 2. No caso, ante as evidências apuradas pelo Juízo de Direito do Foro Central de São Paulo, o principal estabelecimento da recuperanda encontra-se em Cabo de Santo Agostinho/PE, onde situados seu polo industrial e seu centro administrativo e operacional, máxime tendo em vista o parecer apresentado pelo Ministério Público, segundo o qual o fato de que o sócio responsável por parte das decisões da empresa atua, por vezes, na cidade de São Paulo, não se revela suficiente, diante de todos os outros elementos, para afirmar que o 'centro vital' da empresa estaria localizado na capital paulista. 3. Agravo interno não provido. (STJ — AgInt no CC: 147714 SP 2016/0190631-3, relator: ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Santos

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

Julgamento: 22/02/2017, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 07/03/2017).

No caso em exame, os Autores em que pese desenvolver suas atividades em diversas localidades é na cidade de Edealina/GO, onde se encontra, para além do centro administrativo, também o local onde se concentra o maior volume de negócios do Grupo, especialmente a plantação de grãos, numa área de aproximadamente 1.077 Há, conforme contratos de arrendo em anexo (Doc. 12).

Logo, como as atividades dos Autores estão majoritariamente concentradas no município de Edealina/GO, resta justificada a competência deste juízo para o processamento deste pedido de tutela de urgência, e, posteriormente, da Recuperação Judicial do Grupo.

PARCELAMENTO DAS CUSTAS INCIAIS

Recorre-se a possibilidade de parcelamento das despesas processuais, prevista no art. 98, §6° do Código de Processo Civil e chancelada pelo Tribunal de Justiça de Goiás. Vejamos:

> ESTADO DE GOIÁS TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS Gabinete do Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho 5ª Câmara Cível AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 5534777-49.2021.8.09.0051 Comarca de Goiânia Agravante: Auto Posto Mozarlândia Ltda e outros Agravado: Banco Santander (Brasil) S/A Relator: Des. Kisleu Dias Maciel Filho EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PARCELAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS INICIAIS. POSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. 1. Muito embora não conste dos autos provas cabais da hipossuficiência financeira dos recorrentes, é possível a concessão do parcelamento da guia de custas iniciais, inclusive, de ofício, com amparo no artigo 98, § 6°, do NCPC, e nos princípios da boa-fé processual e da cooperação, máxime quando evidenciado o valor considerável das custas iniciais e que os recorrentes estão sob recuperação judicial. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E **PROVIDO**

Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07,

São Paulo FL Office - Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 4300 Torre Office - Sala 804 | CEP 04,545-015



Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858

Alves

ī

Data:

14/06/2024

12:43:08



55347774920218090051 GOIÂNIA, (TJ-GO - AI: Relator: DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL FILHO, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: (S/R))

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS AO FINAL DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. DECISÃO MANTIDA E AUTORIZADO O PARCELAMENTO, DE OFÍCIO. Em garantia ao acesso à justiça, constitucionalmente prevista no artigo 5°, inciso XXXV, o Código de Processo Civil assegura a possibilidade de parcelamento do pagamento das custas processuais, a ser efetuado pelo magistrado com utilização de ponderação na análise de cada caso concreto. 2. Se o valor das custas processuais a serem recolhidas é elevado, possível a concessão do recolhimento parcelado, em 10 vezes, conforme autoriza o art. 98, § 6°, do Código de Processo Civil. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. PARCELAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS AUTORIZADO DE OFÍCIO. (TJ-GO - AI: 01046343820208090000 GOIÂNIA, Relator: Des(a). NORIVAL SANTOMÉ, Data de Julgamento: 03/05/2021, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 03/05/2021)

Nesse sentido, levando em consideração a dificuldade momentânea dos recuperandos, que são produtores familiares e não um grande complexo agropecuário, será necessário o parcelamento para que o fluxo de pagamento das custas caiba no orçamento, haja vista que em razão do valor elevado trará dificuldades financeiras para serem arcadas de uma só vez.

Desse modo, Excelência, visto que as despesas para ingressar com a presente demanda em Vosso juízo extrapola a casa dos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) (Doc. 15), e a severa crise econômico-financeira que perpassa esta Autora, requer que seja concedida o parcelamento deste valor em 12 vezes.

LEGITIMIDADE

Leciona o artigo 1º da LREF que, podem requerer a Recuperação Judicial todos os que se caracterizam como empresários ou sociedades empresárias.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



ī

14/06/2024 12:43:08

LARA

Nesse diapasão, necessário que se faça remissão ao art. 48 do estatuto recuperacional, onde se encontram os requisitos objetivos a serem preenchidos para que o Devedor esteja definitivamente habilitado para requerer sua Recuperação Judicial.

Comprovam os Requerentes sua aptidão (produtores rurais), por meio da documentação abaixo listada, todos anexos à presente:

	INCISO	DOC.
ART. 48	I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;	Certidão negativa de falência e insolvência (Doc. 3)
	II - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;	Certidão negativa de concessão de recuperação judicial e extrajudicial (Doc. 3)
	III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;	Certidão negativa de concessão de recuperação judicial e extrajudicial (Doc. 3)
	IV - não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.	Certidões criminais (Doc. 4)

Com isso, nota-se que o Grupo Silva comprova possuir a documentação exigida pelo art. 48 da Lei nº 11.101/05, e, portanto, é apto a formular a presente tutela de urgência.

É importante mencionar ainda que, <u>em razão da urgência que caracteriza o presente</u> pedido, ainda não foi possível reunir toda a documentação do art. 51, mas esta será atempadamente juntada aos autos, por ocasião da emenda à inicial na qual constará o efetivo pedido de Recuperação Judicial do Grupo.

A possibilidade de que o Judiciário conceda uma medida excepcional em prol do Grupo Recuperando, para além de ter sido positivada na Lei de Recuperação Judicial,



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

14/06/2024

também é pacificada na doutrina. Vejamos as lições, respectivamente, dos Professores Daniel Cárnio Costa² e Marcelo Sacramone³:

> Essa disposição legal é de essencial importância para a proteção das empresas que buscam em juízo a recuperação judicial. Isso porque o simples protocolo do pedido acarreta uma verdadeira corrida ao ouro, com o ajuizamento de ações pelos credores em busca de seus direitos, antes de o juízo conceder a suspensão prevista na Lei 11.101/2005, art. 6°, §4°. Ao possibilitar a suspensão antes mesmo de ser deferido o processamento da recuperação judicial a lei protege a devedora e assegura ao juiz a tranquilidade de não colocar em processamento recuperação judicial de empresa cuja situação esteja irregular. (...) Entretanto, a aplicação da lei reformada já demonstrou que também é possível a utilização do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, que é regulada pelo art. 303 do CPC. Nesse sentido, a devedora poderá solicitar a suspensão de execuções específicas, demonstrando a probabilidade do direito e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, a fim de obter a tutela. Na sequência, deverá emendar a inicial para o pedido de recuperação judicial no prazo de quinze dias. Nesses casos, os documentos que devem ser juntados quando do pedido de tutela antecipada antecedente são apenas aqueles exigidos pelo art. 48. Os demais documentos previstos no art. 51 deverão ser juntados por ocasião da emenda à petição inicial.

> A alteração legislativa com a inserção do § 12 no art. 6° da Lei n. 11.101/05 ocorreu para expressamente autorizar a concessão de tutelas de urgência para antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial. (...) O "fumus boni iuris", por seu turno, consiste na probabilidade do direito invocado, ou seja, que teria direito ao futuro deferimento do processamento da recuperação judicial e que os efeitos desse processamento impediriam o eventual dano de que parte procuraria se proteger. Nesse aspecto, na recuperação judicial, imprescindível que o devedor demonstre o preenchimento de todos os requisitos do art. 48 da Lei n. 11.101/05.

^{. 3} SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 4ª ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2023, página 47.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



² COSTA, Daniel Carnio. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2ª ed. - Juruá Editora, 2021.

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

A interpretação sistemática e teleológica da Lei nº 11.101/05 demonstra com clareza que, em casos como o presente, a tutela cautelar é um instrumento fundamental para assegurar a utilidade do processo principal (recuperação judicial), logo, a exigência dos

cautelar preparatória da recuperação judicial.

Assim, a probabilidade do direito (fumus boni iuris) consiste em que, em juízo de cognição sumária, notar a viabilidade do pedido de recuperação judicial que se pretende assegurar, não sendo exigível nesse momento a cognição exauriente da demonstração

documentos do art. 51 se torna incompatível com a natureza e finalidade da mencionada

inequívoca de todos os documentos elencados no art. 51, da Lei nº 11.101/05.

Dessa forma, a concessão da tutela cautelar não exige a demonstração à exaustão da probabilidade do direito pretendido, assim como do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, mas tão somente de indícios desses requisitos a autorizarem ao juízo realizar a cognição sumária do direito que se busca proteger na citada ação, e, com isso, antecipar os efeitos da tutela judiciária pretendida.

LEGITIMIDADE DO PRODUTOR RURAL

Vale observar que os Srs. Danillo Cabral Da Silva e Adonicio Alves Da Silva são, de fato, Produtores Rurais há muitos anos, exercendo regularmente e de forma organizada, atividade econômica rural voltada ao cultivo e comercialização de Soja e Milho, compondo o GRUPO ECONÔMICO SILVA.

Nos últimos anos a jurisprudência e a própria reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei nº 14.112/2020), colocou fim a qualquer discussão acerca da possibilidade do Produtor Rural, que atua como pessoa física, ingressar com o pedido de Recuperação Judicial.

Isso porque, anteriormente, o art. 48 da LREF apenas exigia que para ingressar com o pedido de Recuperação Judicial, o devedor exercesse suas atividades há mais de dois anos, sem detalhar por qual documentação seria comprovado o exercício da atividade por mais de dois anos.

A referida disposição gerava muitas discussões acerca da possibilidade de o Produtor Rural, que atuasse como pessoa física e realizasse sua inscrição perante a Junta Comercial

Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Santos

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

somente antes do ingresso com o pedido - ou seja, possuía menos de 2 (dois) anos de inscrição perante a Junta Comercial -, poderia, ou não, requerer sua Recuperação Judicial.

Contudo, nos últimos anos, antes mesmo da reforma da Legislação Recuperacional, o STJ fixou importantes precedentes com relação ao processamento da Recuperação Judicial de Produtores Rurais, que não possuíam inscrição na Junta Comercial por mais de 2 (dois) anos.

Desta forma, após a pacificação do tema pelo Col. STJ, houve a reforma da LREF que inseriu os parágrafos 3° e 4° ao artigo 48, detalhando quais documentos são hábeis para comprovar o exercício da atividade por mais de dois anos, restando expressamente consignada a possibilidade de Recuperação Judicial de Produtores Rurais com menos de 2 (dois) anos de inscrição perante a Junta Comercial. Vejamos:

§ 3° Para a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-a a entrega do livrocaixa utilizado para a elaboração da DIRPF."

Isto é, a reforma da Lei afastou qualquer possibilidade de que se exija do Produtor Rural, que atua como pessoa física, a inscrição presente na Junta Comercial por mais de 2 (dois) anos, garantindo-lhe a possibilidade de ingresso com o pedido de Recuperação Judicial apresentando documentos específicos que comprovem sua atividade rural pelo referido período.

Desta forma, o exercício da atividade rural pelos Produtores Rurais que compõem o Grupo Silva por mais de 2 (dois) anos é possível ser constatado pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (**Doc. 05**).

Ademais, os Produtores Rurais possuem efetiva inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis - Junta Comercial do Estado de Goiás (**Doc. 01**).



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858 São Paulo FL Office - Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 4300 Torre Office - Sala 804 | CEP 04.545-015



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 19/03/2024 12:57:42

Assinado por RAFAEL LARA MARTINS:90290763134

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

Dada a urgência da apreciação do pedido de deferimento do processamento da Recuperação Judicial com a suspensão liminar do trâmite das execuções e dos atos de constrição (antecipação do *stay period*), seguirão anexados à presente petição inicial **parte** dos documentos do art. 51 (Docs. 6, 7, 8 e 9), os quais estão discriminados na folha de rosto dos anexos, comprometendo-se os Requerentes a complementar a documentação necessária no prazo legal de 30 dias, quando do aditamento da inicial.

FORMAÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO - CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

A Lei nº 11.101/05 foi recentemente alterada pela Lei nº 14.112 de 2020, a qual incluiu a Seção IV-B, que inseriu na legislação pátria a faculdade da recuperação judicial sob consolidação processual.

Trata-se de um instituto que visa maximizar o princípio da economia e celeridade processual, em que sociedades pertencentes ao mesmo grupo podem litigar conjuntamente, hipótese em que ocorrerá litisconsórcio ativo, nos moldes do art. 113 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo o processamento da recuperação judicial das empresas do mesmo grupo em um só processo (art. 69 -J da Lei 11.101/2005).

Art. 69-J: O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:

- I Existência de garantias cruzadas;
- II Relação de controle ou de dependência;
- III Identidade total ou parcial do quadro societário e;
- IV Atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

Os produtores rurais compõem um grupo, estando sob o mesmo controle societário, comando e planejamento estratégico, possuindo administração centralizada, identidade



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08



de sócios e administradores, e desenvolvem atividades empresariais que se complementam (Doc. 01 e 05).

A despeito da existência de personalidades jurídicas própria e de atenderem regras de contabilidade e de boa governança, os produtores atuam em absoluta sinergia, objetivando eficiência e melhores resultados para o grupo econômico.

Assim, analisando a organização societária dos produtores postulantes, a comunhão de obrigações e a afinidade de questões de fato e de direito, não há dúvida de que a reestruturação do negócio deve ser buscada e estabelecida no âmbito do grupo, o que torna imperioso o litisconsórcio.



RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO SILVA

Histórico do Grupo Silva

A trajetória do Grupo Silva, composto pelos produtores rurais Sr. Danillo Cabral da Silva e seu pai, Sr. Adonicio Alves da Silva, é marcada por um profundo comprometimento com a terra e um inabalável espírito de perseverança. Desde o início de suas operações em 2013, o grupo testemunhou uma expansão de suas atividades agrícolas de modestos 300 hectares para impressionantes 1.300 hectares de terras arrendadas, concentradas predominantemente no município de Edealina.

A dependência de terras não próprias, embora estratégica, impôs ao grupo a dura realidade de operar com margens de lucro reduzidas, uma vez que uma fatia significativa dos rendimentos era destinada ao pagamento dos arrendamentos.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858





A adversidade bateu à porta do Grupo Silva em 2016, quando uma seca implacável devastou duas safras consecutivas. Sem o amparo de seguros agrícolas, o grupo viu-se obrigado a recorrer ao endividamento para manter suas operações. A escolha de cultivar a "safrinha", apesar de seu potencial lucrativo, revelou-se uma aposta arriscada sob períodos chuvosos mais escassos em comparação a região, aumentando a fragilidade do grupo.

O ano de 2021, com o salto do preço da soja, poderia ter sido o momento de recuperação para o Grupo Silva. No entanto, uma decisão cautelosa de fixar o preço de venda em R\$ 80 por saca antes do pico de mercado a R\$ 180, revelou-se uma oportunidade de ouro perdida. Esse lance do destino inerente ao risco empresarial embora tomado com prudência, estrangulou o potencial de recuperação financeira do grupo, encurralando-o ainda mais no montante de suas dívidas.

À medida que a pandemia global e o conflito na Ucrânia lançavam suas sombras sobre o mundo, o custo dos insumos agrícolas disparou, e as taxas de juros seguiram o mesmo caminho ascendente. Esses eventos conjugados dilaceraram as já minguadas margens de lucro do grupo, deixando cicatrizes profundas em sua estrutura financeira.

A esperança do Grupo Silva de virar a mesa e garantir a sustentabilidade de suas operações estava ancorada na safra de 2023-2024. Contudo, o evento climático conhecido como El Niño trouxe consigo uma seca que devastou não apenas as lavouras, mas também as últimas reservas financeiras do grupo. A decretação de situação de emergência em cidades da região, pelo governo do Estado de Goiás, por meio do Decreto nº 10.407/2024, apenas confirmou a gravidade da situação enfrentada.

Como se não bastasse, adiante em janeiro do corrente ano, o Banco do Brasil reteve os recursos oriundos do seguro pago em virtude da seca, exacerbando ainda mais a crise financeira do grupo.

Diante deste cenário desolador, o Grupo Silva, viu-se compelido a buscar refúgio no instituto da Recuperação Judicial. Esta decisão, embora dolorosa, reflete um último esforço para preservar o legado de uma família que, contra todas as adversidades, nunca deixou de acreditar na terra e no poder da resiliência humana.

Atualmente a posição atual das áreas rurais com atividades rurais arrendadas pelo Grupo Silva é a seguinte:



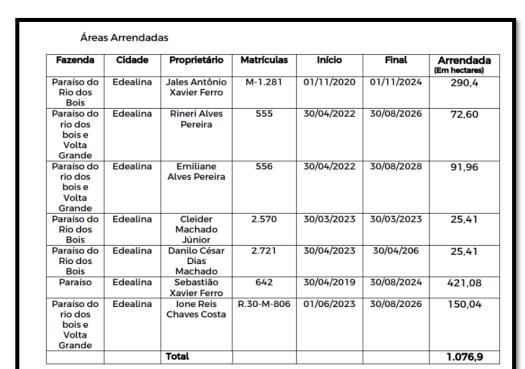
Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ī

14/06/2024 12:43:08



Fazenda	Cidade	Proprietário	Matrículas	Início	Final	Arrendada (Em hectares)
Uruana e Varjão	Turverlândia	Ione Franco Nunes	1513	18/08/2021	18/08/2025	73,00
Pombas	Pontalina	Walissom Feliciano Barcelos	2.756	30/03/2023	30/08/2024	70,00
Santa Rosa	Santo Antônio da Barra	Adonício Alves da Silva		23/05/2016	23/05/2026	90,00
		Total				233,00

Exposição dos motivos da crise

Apresenta-se, a seguir, a exposição detalhada dos principais motivos da atual crise econômico financeira da atividade rural do Grupo Silva, que motivaram o ingresso do produtor rural com o presente Pedido de Recuperação Judicial:

a) Prejuízo na safra de soja 2016

No ano de 2016, o Grupo Silva enfrentou um dos seus maiores desafios: uma seca devastadora que levou a um prejuízo significativo na safra de soja. Essa estiagem inesperada impactou diretamente a produtividade das lavouras, com a produção por hectare caindo drasticamente abaixo das expectativas.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

14/06/2024

Sem um seguro agrícola que pudesse cobrir as perdas, o grupo se viu numa situação financeira ainda mais delicada, com a redução da produção não apenas falhando em cobrir os custos operacionais, mas também comprometendo a capacidade de pagamento dos arrendamentos das terras.

b) Travamento da Soja abaixo do mercado Safra 2021

No ano de 2021, o Grupo Silva enfrentou um revés financeiro significativo devido a uma decisão estratégica que, na época, parecia prudente, mas que acabou tendo consequências indesejadas: o travamento do preço de venda da soja a R\$ 80 por saca. Essa decisão foi tomada em um contexto de incerteza de mercado, buscando garantir uma receita mínima para a safra. Contudo, o mercado de soja experimentou um "boom" inesperado, com os preços atingindo picos de até R\$ 180 por saca, muito acima do valor travado pelo grupo.

Esta disparidade entre o preço travado e o preço de mercado representou uma oportunidade de receita substancialmente maior que foi perdida pelo Grupo Silva. A diferença entre o preço fixado e o preço de mercado resultou em uma perda de potencial de ganho significativa, impactando diretamente a liquidez e a capacidade do grupo de gerenciar suas obrigações financeiras, especialmente em um momento em que o custo dos insumos começava a escalar devido a fatores externos como a pandemia e conflitos geopolíticos. A decisão de travamento de preço, embora tomada com cautela, acabou se revelando um obstáculo na trajetória do grupo, limitando severamente sua flexibilidade financeira em um período crítico.

c) Problemas com a queda de preço do milho na safra 2023

Como se já não bastasse a falta de capital de giro, houve queda no preço do milho na safra 2023. Esperava-se que a comercialização da safra atingisse um preço médio de aproximadamente R\$ 80 por saca e a venda média foi apenas de R\$ 42,50 por saca, gerando queda de receitas da ordem de R\$ 10,6 milhões.

"Preço do milho futuro cai 30% em 2023 e registra maior queda em 10 anos4"

https://exame.com/agro/preco-do-milho-futuro-cai-30-em-2023-e-registra-maior-queda-em-10anos/



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858

São Paulo FL Office - Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 4300 Torre Office - Sala 804 | CEP 04,545-015



🎇 🖪 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 19/03/2024 12:57:42

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

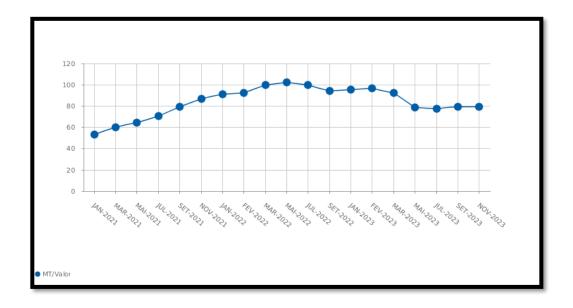




Houve expressivo aumento nos custos de produção na safra de soja 2022/2023. Esse aumento foi motivado por diversos fatores dentre eles a guerra entre Ucrania x Rússia, sendo a Ucrânia uns grandes exportadores de grãos e Rússia grande fornecedor de fertilizantes para lavoura.

> "A respeito da temporada 22/23, levantamento do Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (Imea) projeta alta de 43,2% em paralelo ao ciclo 21/22, com custo total por hectare estimado em R\$ 7.020,945."

Segue gráfico da evolução dos custos de produção da saca de Soja6:



e) Aumento de custos financeiros

Com a falta de capital de giro, o Grupo Silva passou a recorrer a bancos e comprar produtos a prazo. Com isso, as despesas financeiras acabaram aumentando muito nos últimos anos e isso comprometeu mais ainda o fluxo de caixa da atividade do Grupo Silva.

⁶ https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



https://www.canalrural.com.br/projetos/alianca-da-soja/custos-producao-soja-22-23paranamato-grosso-rio-grande-do-sul/

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

Isso se dá pois o cenário macroeconômico do país, que enfrentou aumento significativo na SELIC: entre os anos de 2021 e 2022, a taxa de juros subiu de 2% para até 13,75%, o que aumentou sobremaneira o custo financeiro para operação das atividades empresárias.

f) Replantio de áreas plantadas de Soja - Fenômeno El Ninho

O Brasil, em especial a região centro oeste brasileira, sofreu muito com efeitos climáticos decorrentes do fenômeno "El Niño".

Esse fenômeno ocorre no Brasil de tempos em tempos e tem como principal motivo o aumento da temperatura do oceano pacífico, o que acaba aumentando a temperatura do continente americano, provocando desequilíbrio climático no período chuvoso.

No ano de 2023, os efeitos do "El ninho" foram muito severos e muitos produtores rurais perderam toda ou quase toda a área plantada e, assim sendo, diversas áreas precisaram ser readubadas e replantadas.

Nas terras do Grupo Silva, estima-se aumento de custos decorrentes do "El Niño" fora o atraso na safrinha o que provocará queda do volume a ser colhido.

Segue matéria veiculada na revista digital Exame-Agro em dez/23:

"A SLC Agrícola, maior produtora de grãos do país, anunciou nesta segundafeira, 4, que revisou em 3% sua projeção de área plantada na safra 2023/2024, especialmente de soja. A correção acontece por causa de condições climáticas adversas provocadas pelo fenômeno El Niño — e serve como sinal de atenção para toda a produção de grãos brasileira.

Segundo a companhia, as condições climáticas foram "inadequadas para o desenvolvimento da soja, principalmente no Oeste do Mato Grosso, região mais afetada pela seca".

Relatos recentes sobre as condições climáticas na Região Centro-Oeste do Brasil, como EXAME vem mostrando, preocupam. "Temperaturas elevadas e chuvas irregulares comprometeram o desenvolvimento da soja plantada precocemente em diversas partes do estado, resultando em replantios.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858





Alves

ī.

14/06/2024 12:43:08

"No Mato Grosso, por exemplo, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) reduziu a área de soja prevista para a temporada 23/24 em 0,74% na relação com novembro — para 12,13 milhões de hectares.

"Isso foi pautado pelo alto percentual de replantio apontado pelos informantes do Imea, estimado em 5,04% da área total prevista para o estado. Além disso, o clima quente e os longos períodos sem chuvas em vários municípios de MT têm impactado o desenvolvimento das lavouras e, em alguns talhões, já é observado o encurtamento do ciclo da soja, o que pode prejudicar no potencial produtivo da planta", informou o instituTo.

No caso, a produtividade estimada também caiu, em 3,07%, na relação com a estimativa passada, ficando projetada em 57,87 sacas de soja por hectare. "Por fim, com as modificações na área e na produtividade, a produção da safra 2023/24 ficou projetada em 42,13 milhões de toneladas, queda de 3,78% ante o relatório anterior", diz o Imea, que revisou a produção da safra 2023/24 para 42,13 milhões de toneladas, queda de 3,78% em relação a novembro7"

Segue abaixo o registro fotográfico do replantio ocorrido em função do El niño:



https://exame.com/agro/alerta-no-campo-el-nino-leva-maior-produtora-de-graos-do-brasil-a-cortar-areaplantada-de-soja/



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Wesley Santos

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08



g) Queda na produção estimada de soja - fenômeno El niño

Além dos custos adicionais com o replantio de soja, estima-se ainda que haverá ainda queda na produção estimada na safra de soja 2023 /2024. Estimava-se que a produção atingiria uma média de 300 a 320 sacas por alqueire plantado (alqueire goiano).

Entretanto, estima-se agora que a produção dificilmente chegará a 190 sacas por alqueire plantado.

Segue o gráfico de produtividade da soja8:



h) Queda no preço da soja

Nos últimos meses houve substancial redução nos preços da soja no Centro Oeste. Enquanto a saca de soja vinha sendo comercializada no ano anterior entre R\$ 140 a R\$ 160 reais, atualmente o valor da saca tem girado entre R\$ 95 a R\$ 97 reais.

Essa redução de preços na soja impacta bastante no fluxo de caixa do Grupo Silva.

Segue gráfico da evolução do preço da soja em Goiás9:

⁹ https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/go/soja-em-grao-sc-60kg



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



⁸ https://www.imea.com.br/imea-site/dashboards?c=4&d=1136863500319006720

Alves

1

14/06/2024 12:43:08

h) Retenção do valor do seguro pelo Banco do Brasil

Na sequência dos eventos decorrentes da severa perda de diversos hectares de soja, ocasionada pelo fenômeno climático conhecido como El Niño, o Grupo Silva encontrava-se credor de uma indenização securitária no montante de R\$ 719.259,71, a ser satisfeita pelo Banco do Brasil, em virtude de contrato de seguro agrícola (Doc. 14).

Contudo, verifica-se que, em face de obrigações vencidas e não adimplidas pelo Grupo Silva junto à referida instituição financeira, procedeu-se à retenção de valores aproximadamente na ordem de R\$ 370.000,00, diretamente relacionados ao crédito securitário em questão. Tal medida, adotada pelo Banco do Brasil, reflete diretamente nas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Grupo, agravando sua situação patrimonial e econômica.

ESSENCIALIDADE DOS GRÃOS

Veja-se, excelência, que o caso em exame merece uma análise mais cuidadosa, uma vez que a região de produção do Grupo Requerente foi severamente afetada pela seca no último ano, especialmente durante o período de plantio, o que se comprova pelo Decreto



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



nº 10.407/2024, emitido pelo governo do Estado de Goiás, decretando situação de emergência em diversos municípios, dentre os quais, Turvelândia/GO (e outros da região).

No caso dos recuperandos, conforme dito acima, as regiões das fazendas em que são realizadas as atividades rurais (Edealina, Turvelandia, Pontalina) se encontram sob estado de emergência e/ou próximas a regiões reconhecidas pelo governo estadual, problema este que, inclusive, não se restringe aos requerentes, atingindo, em verdade, a quase totalidade dos produtores rurais do sudeste goiano.

Em situações de Recuperação Judicial de produtor rural, a proteção dos ativos essenciais à atividade empresarial torna-se um ponto crítico para a viabilidade da reestruturação da empresa e a preservação de sua função social.

No caso específico da produção agrícola, os grãos plantados na área rural representam não apenas um ativo fundamental para a continuidade das operações da produtora, mas também um elemento vital para a economia local e, em alguns casos, nacional.

No caso em exame, algumas dívidas têm preocupado a Recuperanda em razão da possibilidade de ocorrerem arrestos dos grãos plantados na área rural da requerente por credores detentores de Cédulas de Produto Rural - CPR (Doc.13), havendo o iminente risco de arresto de grãos, situação que comprometeria severamente a continuidade das operações da empresa, afetando a própria viabilidade do presente processo recuperatório.

A produção de grãos, como soja ou milho, representa a principal atividade dentro do escopo rural, sendo essencial para a continuidade da operação dos produtores em crise. A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido a importância desses produtos, embora exista debate sobre sua classificação como bens de capital.

A discussão é pertinente porque o art. 49, § 3°, da Lei 11.101/05, preconiza que, mesmo não sujeitos à recuperação judicial, é proibida a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor de bens de capital essenciais à atividade empresarial durante o stay period.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858

Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

Sabe-se que o caso do produtor rural é atípico frente as demais empresas comuns, considerando que, na maioria das vezes, o produto agrícola é a principal moeda de troca capaz de fazer o seu negócio alavancar.

Dentro desta perspectiva, a prática de atos de constrição e expropriação patrimonial que possam colocar em risco a continuidade das atividades empresariais atenta contra a preservação da empresa e onera demasiadamente o devedor, que busca a reabilitação econômica de maneira regular.

Deveras, a privação de um grande volume do produto agrícola representará um considerável desfalque na contabilidade do recuperando, de modo que este poderá não alcançar a finalidade do instituto recuperacional – qual seja, o soerguimento empresarial e realocação no mercado produtivo.

A jurisprudência, tem se posicionado nesse sentido, vejamos:

[...] SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (COMPRA E VENDA DE SOJA) MOVIDA CONTRA O RECUPERANDO - ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO SOBRE BENS E VALORES DO RECUPERANDO - IMEDIATA DEVOLUÇÃO DA SOJA ARRESTADA AO RECUPERANDO - ALEGAÇÃO DE CRÉDITO EXEQUENDO EXTRACONCURSAL E QUE O PRODUTO ARRESTADO NÃO É ESSENCIAL - DESACOLHIMENTO -CONTRATO EXEQUENDO FIRMADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO - CRÉDITO SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO - ARTS 49, CAPUT, E 67, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 11.101/2005 - IMPOSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DESIGUAL COM DEMAIS CREDORES - EXAME DA ESSENCIALIDADE DO PRODUTO QUE COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL -MANIFESTAÇÃO DO ADMINISTRADOR PELO RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE - PRODUÇÃO E VENDA DE SOJA QUE A ÚNICA FONTE DE RENDA DO RECUPERANDO - RECURSO DESPROVIDO. Consoante o que dispõem os artigos 49, caput, e 67, caput, ambos da Lei n. 11.101/2005, o marco temporal relevante para a aferição da natureza do crédito exequendo - se concursal ou extraconcursal - será a data da constituição do crédito em si, ainda que o vencimento ocorra após o deferimento do processamento da recuperação. [...] Se, de acordo com a manifestação do administrador judicial, a soja cultivada e colhida pelo recuperando agravado é a base de sustentação de sua atividade financeira e a principal moeda de troca capaz de fazer o seu

Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Santos

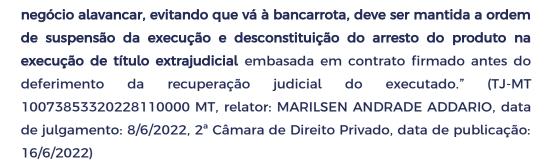
Alves

ī

Data:

14/06/2024 12:43:08



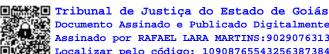


AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTRATO PAGAMENTO ANTECIPADO DE EXPORTAÇÃO. GARANTIA REAL. PENHOR AGRÍCOLA E MERCANTIL. SUBSTITUIÇÃO POR SAFRAS FUTURAS. ART. 50, § 1°, LEI N. 11.101/05. Princípio da preservação da empresa. Instituto que inspira a recuperação judicial e visa a manter a fonte produtora, os empregos dela originados e, ao final, a proteção dos interesses dos credores. Plantio, colheita e beneficiamento da cana-deaçúcar são a essência das atividades das empresas recuperandas. [...] Safras de cana-deaçúcar empenhadas que representam a própria atividade econômica das agravadas. Substituição do penhor agrícola que depende da troca das safras por outra espécie de garantia. [...] Prevalência da relação de dependência da atividade empresarial das agravadas com o penhor agrícola a justificar a preservação da empresa, nos termos do art. 47 da Lei n. 11.101/05. Paralisação da colheita e transformação da cana-de-açúcar que provoca prejuízos extremos a todos. Risco evitado com o reconhecimento do penhor para safras provido". (TJ-SP futuras Decisão reformada. Recurso 20348708120168260000 SP 2034870- 81.2016.8.26.0000, relator: Hamid Bdine, data de julgamento: 13/07/2016, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, data de publicação: 14/7/2016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. INDEFERIMENTO DA TUTELA RECURSAL. NECESSIDADE. MATÉRIA-PRIMA ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA USINA QUE SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMPRESA AGRAVADA QUE DEMONSTROU ESTAR EM REGULAR FUNCIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. Ficou demonstrada a existência do' periculum in mora inverso', já que a medida liminar



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858





Alves

ī

Data:

14/06/2024 12:43:08

anteriormente deferida no presente recurso é capaz de inviabilizar a subsistência da agravada. A cana-de-açúcar constitui matéria-prima essencial para sua atividade empresarial, cujo comprometimento é notório, ainda mais por se encontrar em recuperação judicial. Daí a necessidade de manutenção da decisão interlocutória prolatada." (TJ-SP; Agravo de Instrumento 2089317-14.2019.8.26.0000; relator (a): Adilson de Araujo; órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Rio das Pedras — Vara Única; data do julgamento: 2/7/2019; data de registro: 2/7/2019)

Para além disso, o Superior Tribunal de Justiça, no AgInt no AREsp 1417663/RS, já entendeu que "os credores cujos créditos não se sujeitam ao plano de recuperação, mesmo aqueles garantidos por alienação fiduciária, não podem expropriar bens essenciais à atividade empresarial, sob pena de subvertendo-se o sistema, conferir maior primazia à garantia real em detrimento do princípio da preservação da empresa." (AgInt no AREsp 1.417.663/RS, relator ministro Marco Buzzi, DJe de 4/6/2019).

Fechando o raciocínio, o entendimento do Colendo STJ:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE RECUPERAÇÃO APROVADO. NOVAÇÃO DE CRÉDITOS ANTERIORES AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. INEXISTÊNCIA ESVAZIAMENTO, SUBSTITUIÇÃO OU SUPRESSÃO DE GARANTIAS REAIS (PENHORA AGRÍCOLA DE SAFRAS). HARMONIZAÇÃO ENTRE O ART. 50, § 1°, DA LEI 11.101/05 E O ART. 1443 DO CÓDIGO CIVIL. 1. Discussão vertida no curso de processo de recuperação judicial grupo econômico (Grupo Alta Paulista) especializado na produção e comercialização de açúcar e álcool extraídos das lavouras de cana-de-açúcar. 2. Polêmica em torno do garantia real consubstanciada em penhor agrícola de safras de cana-de-açúcar, produtos e subprodutos, relativa à colheita de 2011/2012. 3. A finalidade da recuperação judicial é permitir o soerguimento da empresa atingida por dificuldades. 4. Perderia o seu sentido o processo de recuperação de sociedades empresárias em dificuldades financeiras se os créditos abarcados pela recuperação restassem ilesos a alterações. 5. A lógica do sistema de recuperação é singela, atribuindo-se a maioria de credores, conforme o volume de seus créditos, a decisão acerca de seu destino. 6. O interesse dos credores/contratantes, no curso de processo recuperacional, é preservado pela sua participação na assembleia geral, quando então poderão aquiescer



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07,

São Paulo FL Office - Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 4300 Torre Office - Sala 804 | CEP 04.545-015



Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



com a proposta, se lhes for favorável, alterá-la parcialmente, ou remodelá-la substancialmente, desde que a maioria e o devedor com isso consinta e a proposta não venha a afetar apenas aqueles que da assembleia não participaram. 7. Nesse panorama, deve-se preservar o plano de recuperação. 8. Preservação não apenas dos interesses dos credores, mas também das próprias garantias contratadas, fazendo, na espécie, aplicar-se o art. 1443 do CCB, cuja incidência não ofende o quanto disposto no § 1º do art. 50 da Lei 11.101/05, já que não se estará a substituir o penhor agrícola das safras, nem a suprimi-lo, restando a garantia hígida, acaso sobrevenha o insucesso da recuperação. 9. Impedir a empresa em recuperação de transformar as suas colheitas no produto que será objeto de renda para o pagamento das suas diuturnas obrigações, e de cumprir os contratos consoante esquematizado no plano, apenas malograria o objetivo principal da recuperação. 10. RECURSO ESPECIAL PROVIDO" (STJ - REsp: 1.388.948 SP 2013/0076734-1, relator: ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, data de julgamento: 1/4/2014, T3 - 3ª TURMA, data de publicação: DJe 8/4/2014).

Ademais, a doutrina majoritária, representada pela opinião de Fábio Ulhoa Coelho, advoga que, para fins do art. 49, §3°, da LRF, deve-se prestigiar a essencialidade dos bens em detrimento da sua classificação estrita como 'bem de capital'.

Portanto, o pleito central neste momento é para que se reconheça a essencialidade dos grãos vinculados a estas CPR's. Essencialidade esta que justifica a retenção das safras em questão pelos devedores durante o período de suspensão, conhecido como Stay Period, com o propósito de facilitar o processo de reestruturação da empresa, conforme delineado pelo artigo 47 da Lei de Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/05).

Nesse Sentido segue a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) que respalda esta abordagem.

> EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CEDULA DE PRODUTO RURAL. NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO. PENDÊNCIA DE ANÁLISE DA ESSENCIALIDADE DOS BENS NEGOCIADOS. 1. Os créditos e as garantias cedulares, vinculadas à Cedula de Produto Rural, nos termos do artigo 11, da Lei nº 14.112/2020, em consequência da extraconcursalidade do crédito não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. 2. Nos termos do artigo 49, § 3º da Lei de Falencias e Recuperação



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Judicial (Lei nº 11.101/2005), pode o juízo, em atenção ao princípio de preservação da empresa, impor restrições temporárias aos credores que não se sujeitam ao regime da Recuperação Judicial, como mostra ser o caso em exame, mas tal restrição se estende apenas aos bens de capital que se revelem indispensáveis à manutenção do desenvolvimento da atividade econômica exercida pelo recuperando, chamados bens de capital. 3. Eventual reconhecimento da essencialidade do bem dado em garantia na Cedula de Produto Rural, qual seja, a soja, não sujeita o crédito à Recuperação Judicial, mas apenas impede a prática de atos expropriatórios daqueles grãos, no período do stay period, previso no artigo 6°, § 4° da Lei nº 11.101/2005. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO 5450469-81.2023.8.09.0125, Relator: RICARDO PRATA, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 01/12/2023).

Além das hipóteses acima, existem outras teses mais abrangentes sendo discutidas em diversos Tribunais de Justiça do país, incluindo, o Estado de Goiás, com é caso da que defende que a CPR física é sujeita pois a Lei n° 14.112/20 que reformou substancialmente nossa legislação recuperacional não foi alterou o rol taxativo do §3° do art. 49 que excetua os créditos não sujeitos a recuperação judicial, alterando tão somente a o art. 11 da Lei 8.929/94 (Lei da CPR) e a tese que suscita o conflito de normas entre a lei de recuperação judicial e a citada lei da CPR devendo prevalecer a lei mais especifica, ante o princípio da especificidade.

É certo que os debates jurídicos em torno da CPR física, se sujeita ou não a recuperação judicial, se essenciais ou não os grãos, estão longe se serem pacificados, e é exatamente por este motivo que os produtores rurais não podem ficar a mercê de uma posição do tribunal que não lhes ofereçam proteção e segurança jurídica.

Com isso, entende-se por medida justa e acautelatória/recomendável, a expedição de ordem para proibir o arresto dos grãos e a liberação de sua comercialização transferindo a garantia para safras futuras, o que independente do que a vier acontecer quanto a consolidação jurisprudencial, não trará maiores prejuízos aos Requerentes e aos credores.

Por certo que o objetivo de tal restrição é o de resguardar o patrimônio da empresa em Recuperação Judicial e, assim, proporcionar a retomada de sua saúde econômicofinanceira, de tal sorte que, somente o Juízo recuperacional poderá autorizar a prática de



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08

qualquer ato expropriatório de bens da Recuperanda, eis que munido de informações suficientes acerca de sua capacidade e realidade econômico-financeira.

REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA DE URGÊNCIA

A aparência do bom direito dos Requerentes está resguardada pelos artigos 2°e 48 da Lei 11.101/2005, que preenchem os requisitos necessários a ingressar com pedido de recuperação judicial, plenamente atendidos pelos Requerentes, em combinação com o art. 6°, § 12, do mesmo diploma legal, que expressamente prevê o uso da medida tutela de urgência do artigo 300 do CPC.

Os Requerentes buscam assegurar, por meio do ajuizamento do presente pedido cautelar, a preservação de suas atividades empresariais, escopo primordial da Lei nº 11.101/05, conforme preconizado no art. 47:

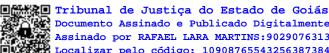
> Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Quanto ao periculum in mora, este é ainda de mais fácil percepção, na medida em que a investida dos credores no caixa dos Requerentes e na retenção de recursos colocará em risco o resultado útil do processo principal. Em especial por conta das dívidas vencidas ainda não ajuizadas, que somadas remontam a cifra de R\$ 38.042.927,21 (Trinta e oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), permitindo que os credores já iniciem a penhora e/ou retenção de recursos necessários para a continuidade das atividades, o que inviabilizaria a atividade econômica dos Requerentes.

Ademais, a simples negativação perante os órgãos de proteção ao crédito, autorizam as instituições a se apropriarem de valores de titularidade dos Requerentes, depositados e/ou investidos para satisfação de seus créditos, cujos quais são sujeitos ao concurso de credores, no que redundará no privilégio para alguns credores em detrimento dos demais.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

14/06/2024 12:43:08



Por outro lado, há que se ressaltar também que a ocorrência de bloqueios em conta corrente e apropriação de recursos em contas garantidas agravará ainda mais a dificuldade de acesso aos fornecedores, que já estão exigindo para a continuidade do fornecimento a compra de insumos via pagamento à vista, ou, em alguns casos, de forma antecipada.

Desta feita, conquanto o art. 6° diga que com o deferimento do pedido de recuperação judicial suspende-se o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em desfavor dos Requerentes, a apreciação do pedido principal só terá lugar após a organização da extensa lista de documentos que faz referência o art. 51 da LFRJ, razão pela qual a antecipação dos efeitos do stay period se faz necessário.

Desta forma, todo o benefício econômico e social corre o risco de desaparecer se não for concedida a tutela de urgência que ora se requer.

ESSENCIALIDADE DE BENS

O Grupo Silva possui diversos ativos que são essenciais a atividade produtiva, tais como (Doc. 11):

- Máquinas e equipamentos Agrícolas
- Caminhões e veículos automotores
- Imóveis (Fazendas)

Todas as instituições financeiras possuem inequívoca ciência de que os bens são essenciais para o desenvolvimento das atividades do Grupo Econômico, bem como da especificidade e das normas que regem a operação.

Permitir a expropriação de bens absolutamente imprescindíveis à operação do Grupo Econômico resultará no próprio esvaziamento da fonte produtora, impedindo, com isso, a satisfação dos credores, e podendo causar até mesmo a paralisação de suas atividades e prejuízos a toda a coletividade de credores envolvida.

É indiscutível que o instituto da recuperação judicial se revela como um importante instrumento para assegurar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47, da LFRE).

Por outro lado, a distribuição da recuperação judicial demanda não apenas uma grande preparação que envolve diversas frentes de trabalho, como também a elaboração da lista de credores, organização e juntada de um extenso rol de documentos contábeis e relação de certidões/declarações previstas no artigo 51 da LFRE, a contratação de consultorias e assessores especializados em gestão de crise a fim de implementar, de forma estratégica, um complexo plano de ações e de negócios para minimizar os impactos comerciais imediatos decorrentes de um pedido de recuperação judicial.

Assim, tendo sido demonstrado a unidade de esforços entre as Recuperandas em prol de suas atividades fins e a interligação entre seus ativos e passivos, não restam dúvidas quanto à possibilidade/obrigatoriedade de ser proposta recuperação judicial conjunta, já que eventual recuperação individual das ora Recuperandas se mostraria inócua e/ou ineficaz.

Como é de conhecimento ordinário, contratos bancários e de fornecimento de um modo geral possuem cláusulas que possibilitam a rescisão ou vencimento antecipado e a autoliquidação imediata em hipóteses altamente genéricas e abstratas, tais quais: lançamentos de protestos, pedidos de recuperação judicial, extrajudicial ou falência, ajuizamento de execuções e ações de busca e apreensão, aumento do risco de inadimplemento e até mesmo simples alterações societárias.

De igual modo, corre-se o risco de bancos credores promoverem deliberadamente o vencimento antecipado de dívidas, como acima pontuado, expropriando bens de propriedade do Grupo Silva imprescindíveis para o soerguimento econômico-financeiro do mesmo.

Isto ganha evidente materialidade diante da possível determinação de busca e apreensão dos bens pelos Bancos e demais credores.

Permitir a expropriação de bens absolutamente imprescindíveis à operação dos Recuperandos resultará no próprio esvaziamento da fonte produtora, impedindo, com isso, a satisfação do credor, e podendo causar até mesmo a paralisação de suas atividades e prejuízos a toda a coletividade de credores envolvida.



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ī

Data:

14/06/2024 12:43:08

Apesar de alguns dos contratos com bancos mencionarem garantias fiduciárias, o que poderia gerar uma discussão sobre sujeição ou não destes créditos ao processo concursal, fato é que o Grupo Silva entende que esses créditos integram a recuperação judicial, porquanto anteriores à distribuição do pedido (artigo 49, caput da LFRE), sendo certo que a LFRE estabelece um procedimento próprio para o credor se insurgir contra a classificação de seu crédito, seja através de divergência em sede administrativa (artigo 7°, § 1° da LFRE), seja por meio de incidente de impugnação de crédito (artigo 8° da LFRE).

Por este motivo, a discussão sobre a sujeição ou não à recuperação judicial não será travada no atual momento processual. O que verdadeiramente se espera, como medida de bom-senso e serenidade, é obstar os atos expropriatórios contra os bens essenciais aos Grupo Silva, garantindo, com isso, a sua sobrevivência e da relevantíssima função social exercida.

Isso sem falar que, durante o chamado "stay period" nenhum bem essencial às atividades do GRUPO em recuperação pode ser excutido, conforme literalidade do art. 6°, inciso II, da LFRE.

Trata-se de um compartilhamento de esforços de todos os envolvidos no procedimento. De um lado, as sociedades recuperandas abrem mão de sua integral autonomia, ganhando dever de transparência para com seus credores e se submetendo aos demais ditames da LFRE. De outro, os credores se sujeitam à vontade da maioria e não podem dar seguimento a persecução individual de seus créditos.

Nesta toada, conclui-se que é necessário ponderar os interesses ora conflitantes, cuja essência é o princípio da preservação da empresa com a consequente continuidade das atividades, a manutenção dos postos de trabalho e sua relevante função social.

Afigura-se necessária, portanto, determinação de suspensão de quaisquer medidas constritivas em face do Grupo Silva, incluindo, mas não se limitando, a apreensão de bens móveis e imóveis essenciais às atividades, conforme detalhado no presente documento, levando-se em conta os princípios basilares da legislação falimentar, sob pena de inviabilizar o projeto de reestruturação que vem sendo desenvolvido pela Requerente.

Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



ï

Data: 14/06/2024 12:43:08

Diante de tudo o que foi argumentado, os Autores trazem anexada à presente uma lista de bens essenciais (**Doc. 11**), sobre os quais vem requerer que se decrete sua essencialidade, uma vez que todos são cruciais para o funcionamento das atividades econômicas do Grupo.

REGULAR FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES

Para conferir maior transparência ao pleito formulado, seguem abaixo fotografias recentemente tiradas, comprovando o regular funcionamento das atividades rural:





Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



EDÉIA - 1ª VARA CÍVEL Usuário: Wesley Santos Alves - Data: 14/06/2024 12:43:08

Valor: R\$ 38.042.927,21
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Lei

LARA MARTINS advogados





Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160 4005-1820

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858







Goiânia - Matriz Rua 1.134 esq. 1.137 n.º 252 Setor Marista | CEP 74.180-160 4005-1820

Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



Alves

ï

Data:

Os demonstrativos acima são importantes para que a medida de urgência possa ser implementada com a dispensa de constatação prévia, que consiste em medida facultativa que pode ser determinada pelo Juízo antes de deferir o processamento da RJ, para conferir ao Magistrado mais segurança - única e exclusivamente acerca do real funcionamento da empresa Requerente - o que está definitivamente comprovado no caso do Grupo Silva.

PEDIDOS

Ante o exposto, e considerando a comprovação da possibilidade jurídica do pedido, bem como a presença dos requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, os Autores requerem a Vossa Excelência, nos termos do art. 6°, § 12°, da Lei n° 11.101/05 c/c art. 300 do CPC, independentemente da realização de constatação prévia, seja concedida **LIMINAR** nos seguintes termos:

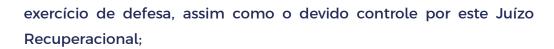
- I. Tramitação em Segredo de Justiça: Excepcionalmente, visando preservar a integridade da operação e a eficácia da medida de urgência, que seja autorizada a tramitação do feito em segredo de justiça, somente até a apreciação do pedido liminar (CPC, art. 189, inciso I);
- II. Adoção das Providências previstas no art. 6°, caput, e incisos I, II e III da Lei n.º 11.101/2005, especialmente: (a) Antecipação dos efeitos do stay period pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 6° da Lei n° 11.101/2005, com a suspensão imediata de todas as execuções e atos de constrição direcionados contra o patrimônio das Requerentes; e (b) Imediata suspensão das medidas extrajudiciais (procedimentos administrativos) adotadas pelos órgãos de defesa do consumidor, uma vez que as ações judiciais e demais medidas adotadas são embasadas em créditos que inegavelmente se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e deverão ser pagos conforme o futuro Plano de Recuperação Judicial, sob pena de inocuidade do deferimento do processamento deste pedido, já que haverá muitos bloqueios desordenados de diversos juízos, tornando impraticável o



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858







III. Medidas Adicionais:

- a) Que as instituições financeiras que operam com os Autores, além dos credores relacionados na lista anexa (Doc. 06), sejam proibidos de se apropriar dos valores que se encontram depositados nas contas dos Autores, e os utilize para liquidação antecipada, mesmo que parcial, transferindo tais valores para uma conta judicial vinculada ao presente processo, restituindo/liberando o valor para os Requerentes eventualmente já bloqueados, sob pena de multa diária, evitando assim a violação ao princípio da isonomia entre os credores;
- b) Que sejam preservados todos os contratos necessários à operação dos Requerentes, inclusive com fornecedores e manutenção de linhas de crédito, em conformidade com o art. 47, da Lei nº 11.101/05;
- c) Seja declarada a essencialidade dos grãos para impedir o arresto de grãos por quaisquer credores que tenham operação de CPR's físicas ou não, e determinar a liberação dos grãos de soja atrelados às CPRs física em questão, para que os Requerentes possam livremente negociá-los e obter capital de giro;
 - c.1) Caso Vossa Excelência assim não entenda, o que não se espera, alternativamente, requeremos que seja proibido o arresto de grãos por quaisquer credores que tenham operação de CPR's. (Doc. 13);
- d) Na hipótese de alguma instituição financeira ou credor já ter lançado mão de recursos e valores visando à quitação antecipada de seus contratos com créditos sujeitos, que sejam estornados estes valores e
- IV. Pedido de Aditamento da Petição Inicial: Os Requerentes informam que, no prazo legal, irão aditar a petição inicial, ajuizando o pedido de



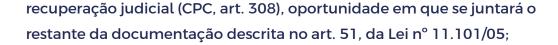
Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



ï

14/06/2024 12:43:08





V. Que a r. decisão a ser prolatada por este Juízo sirva como ofício, a ser protocolado diretamente pelos Autores nas Execuções eventualmente propostas em seu desfavor;

VI. Sejam declarados como bens de capital essências as atividades dos Recuperandos, as máquinas e equipamentos; caminhões e veículos automotores e imóveis (Doc. 11);

VII. O parcelamento das custas iniciais em 12 parcelas devido a alta onerosidade para os produtores em relação às custas que superam os R\$ 150.000,00. (Doc. 15);

VII. Intimações ao Advogado: Requerem, nos termos do § 5°, do art. 272, do CPC, que todas as intimações sejam feitas exclusivamente em nome dos advogados RAFAEL LARA MARTINS, inscrito na OAB/GO sob o n°. 22.331 e FILIPE DENKI BELÉM PACHECO, inscrito na OAB/GO sob o n° 34.021, sob pena de posterior nulidade.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 38.042.927,21 (Trinta e oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos)**.

Termos em que pede deferimento.

Goiânia/GO, 19 de março de 2024.

RAFAEL LARA MARTINS

FILIPE DENKI BELÉM PACHECO

JORGE LUCAS DE OLIVEIRA

OAB/GO N° 22.331

OAB/GO N° 34.021

OAB/GO N° 61.524

FELIPE JOSÉ SILVEIRA OAB/GO N° 71.667 LAURA FINHOLDT LOPES OAB/GO N° 71.695



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858



ī

Data: 14/06/2024 12:43:08



DOCUMENTOS ANEXOS

Doc. 01	Contratos Sociais, Cartões CNPJ e Comprovante de Inscrição dos Produtores Rurais, Documentos Pessoais.	
Doc. 02	Procurações	
Doc. 03	Certidão de distribuição de processo falimentar	
Doc. 04	Certidão de distribuição de processos criminais	
Doc. 05	IRPF (Comprovação Atividade Rural)	
Doc. 06	Relação de Credores	
Doc. 07	Extratos das Contas Bancárias	
Doc. 08	Certidões de Protesto	
Doc. 09	Relatório do Passivo Fiscal	
Doc. 10	Relações de bens e direitos dos ativos não circulantes	
Doc. 11	Relação de Bens Essenciais às Atividades (Móveis E Imóveis)	
Doc. 12	Contratos das Terras Arrendadas	
Doc. 13	Relação dos Penhores Agrícolas (CPRs)	
Doc. 14	Seguro Agrícola	
Doc. 15	Custas	



Rio Verde Rua Dona Maricota, Qd. 13, LT 07, Bairro Odília | CEP 75.908-710 64 3051-3858

